



<b>PROCESSO</b>	-
<b>INTERESSADO</b>	COAF-CAU/SC
<b>ASSUNTO</b>	Minuta de Portaria Normativa - Verbas Indenizatórias
<b>DELIBERAÇÃO Nº 022/2023 – COAF-CAU/SC</b>	

A COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – COAF – CAU/SC, reunida ordinariamente, de forma híbrida, nos termos da Deliberação Plenária DPOSC nº 752/2023, no uso das competências que lhe conferem os artigos 91 e 96 do Regimento Interno do CAU/SC, após análise do assunto em epígrafe, e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 2º, §.3º da Lei nº 11.000/2004, o qual estabelece que autoriza os Conselhos Federais a normatizar a concessão de diárias, jetons e auxílios de representação, fixando o valor máximo para todos os Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO a Cartilha do Tribunal de Contas da União emitida em 25/04/2016, a qual dispõe sobre aspectos relativos a diárias e jetons (ajuda de custo) nos Conselhos de Fiscalização Profissional, recomendando “transparência e boas práticas nos Conselhos de Fiscalização Profissional (Região Sul) – TCU”;

CONSIDERANDO as orientações do Tribunal de Contas da União, que as concessões de diárias devem estar vinculadas aos princípios que regem a Administração Pública, notadamente os da razoabilidade, da moralidade, do interesse público e da economicidade dos atos de gestão;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformização das normas internas do CAU/SC, respeitando as características geográficas e estruturais do Estado de Santa Catarina, bem como, o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle sobre o pagamento das respectivas rubricas;

CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO Nº 238, DE 16 DE JUNHO DE 2023, do CAUBR que dispõe sobre as indenizações devidas nos casos de deslocamentos e participações a serviço no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF), e dá outras providências;

CONSIDERANDO, que a RESOLUÇÃO Nº 238, DE 16 DE JUNHO DE 2023, do CAUBR, prevê em seu Art. 44 que os CAU/UF e o CAU/BR terão até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação da Resolução, para instituir as despesas obrigatórias previstas no § 1º do art. 1º;

CONSIDERANDO, que o levantamento da Gerência Administrativa e Financeira apontou que os valores atualmente praticados pelo CAU/SC para pagamento de verbas indenizatórias estão equivalentes às projetadas pela tabela da RESOLUÇÃO Nº 238. Além disso, por se tratarem de normativas com distinção dos auxílios, a comparação por semelhança, mais uma vez se compatibilizam. Dessa forma, justifica-se o CAU/SC acompanhar os valores do Conselho Federal;



CONSIDERANDO, por fim, o Parecer Jurídico nº 019 2023 – ASSJUR-CAU/SC.

**DELIBERA:**

1 – Aprovar a minuta de Portaria Normativa que dispõe sobre as indenizações devidas nos casos de deslocamentos e participações a serviço no Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (CAU/SC), e dá outras providências, bem como regulamenta os respectivos procedimentos administrativos e financeiros.

2 – Encaminhar esta deliberação à Presidência do CAU/SC para ser submetida ao Plenário para apreciação e demais providências cabíveis.

Florianópolis, 07 de dezembro de 2023.

**COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E  
FINANÇAS DO CAU/SC**

Considerando o estabelecido na Deliberação Plenária DPOSC nº 752, de 22 de setembro de 2023, que trata da regulamentação das reuniões dos órgãos colegiados do CAU/SC, atesto a veracidade das informações prestadas. Publique-se.

**Jaime Teixeira Chaves**  
Secretário dos Órgãos Colegiados  
do CAU/SC

**ANEXO****PORTARIA NORMATIVA Nº 0XX, DE XX DE DEZEMBRO DE 2023.**

Dispõe sobre as indenizações devidas nos casos de deslocamentos e participações a serviço no Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (CAU/SC), e dá outras providências, bem como regulamenta os respectivos procedimentos administrativos e financeiros.

A Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 2º, §.3º da Lei nº 11.000/2004, o qual estabelece que autoriza os Conselhos Federais a normatizar a concessão de diárias, jetons e auxílios de representação, fixando o valor máximo para todos os Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO a Cartilha do Tribunal de Contas da União emitida em 25/04/2016, a qual dispõe sobre aspectos relativos a diárias e jetons (ajuda de custo) nos Conselhos de Fiscalização Profissional, recomendando “transparência e boas práticas nos Conselhos de Fiscalização Profissional (Região Sul) – TCU”;

CONSIDERANDO as orientações do Tribunal de Contas da União, que as concessões de diárias devem estar vinculadas aos princípios que regem a Administração Pública, notadamente os da razoabilidade, da moralidade, do interesse público e da economicidade dos atos de gestão;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformização das normas internas do CAU/SC, respeitando as características geográficas e estruturais do Estado de Santa Catarina, bem como, o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle sobre o pagamento das respectivas rubricas;

CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO Nº 238, DE 16 DE JUNHO DE 2023, do CAUBR que dispõe sobre as indenizações devidas nos casos de deslocamentos e participações a serviço no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF), e dá outras providências.

CONSIDERANDO, que a RESOLUÇÃO Nº 238, DE 16 DE JUNHO DE 2023, do CAUBR, prevê em seu Art. 44 que Os CAU/UF e o CAU/BR terão até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação da Resolução, para instituir as despesas obrigatórias previstas no § 1º do art. 1º.

CONSIDERANDO, que o levantamento da Gerencia Administrativa e Financeira apontou que os valores atualmente praticados pelo CAU/SC para pagamento de verbas indenizatórias estão equivalentes às projetadas pela tabela da RESOLUÇÃO Nº 238. Além disso, por se



tratarem de normativas com distinção dos auxílios, a comparação por semelhança, mais uma vez se compatibilizam. Dessa forma, justifica-se o CAU/SC acompanhar os valores do Conselho Federal;

CONSIDERANDO, por fim, o Parecer Jurídico nº 019 2023 – ASSJUR CAU/SC.

**RESOLVE:**

## **CAPÍTULO I DAS DESPESAS CONDICIONADAS NÃO OBRIGATÓRIAS**

**Art. 1º** O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (CAU/SC) instituí, conforme prevê o § 2º do Artigo 1 da RESOLUÇÃO CAU/BR 238, as seguintes **verbas não obrigatórias**:

- I - Jeton - indenização pela participação em órgãos de deliberação coletiva;
- II - Auxílio representação;
- III - Auxílio participação remota; e
- IV - Reembolso das despesas de deslocamento

**§ 1º** As Verbas Indenizatórias instituídas neste artigo não poderão ser pagas simultaneamente, com a mesma convocação, com outras verbas Indenizatórias previstas na Res 238.

**§ 2º** O pagamento do Jeton - indenização pela participação em órgãos de deliberação coletiva, fica condicionado para participações exclusivamente presenciais.

**Parágrafo único.** Quando houver participação em órgãos de deliberação coletiva de forma remota, poderá ser requerido o pagamento do Auxílio participação remota.

## **CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES**

**Art. 2º** - O CAU/SC seguirá, no que couber, a RESOLUÇÃO CAU/BR 238, como instrumento normativo norteador para a concessão de Verbas Indenizatórias, pelos deslocamentos e participações a serviço ou missões de interesse do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina;

**Art. 3º** A Verba Indenizatória de Auxílio Representação fica restrita para Conselheiros ou Empregados devidamente convocados;

**Art. 4º** Entende-se “reuniões de meio período” previstas na Tabela de Valores anexa à Resolução nº 238/2023 do CAU/BR, para fins de recebimento de indenização pela



participação em órgãos de deliberação coletiva, como sendo compromissos cuja convocação seja de até 4 (quatro) horas de duração.

**Art. 5º** O convocado que utilizar o deslocamento por transporte rodoviário deverá emitir seu próprio bilhete de passagem rodoviária.

§ 1º Para fazer jus ao reembolso da passagem, o solicitante deverá entregar o bilhete à GERAF, que fará a conferência e programará o pagamento.

§ 2º Deverá ser observado o princípio da economicidade ao realizar a emissão da passagem rodoviária.

§ 3º Na hipótese de utilização de outros modais de transporte rodoviário tais como, transporte executivo, transporte por aplicativos, vans de turismo, entre outros, terão seu reembolso limitado ao equivalente de uma passagem rodoviária em classe executiva ou equivalente.

**Art. 6º** Será admitido o pagamento de Auxílio de Representação para o **Presidente** em exercício do CAU/SC, para cumprimento de compromissos operacionais na Sede do Conselho, inerentes às obrigações do cargo.

Parágrafo único. A admissão prevista neste artigo não se restringe ao limite do § 2, Art. 24 da Res. 238, de participações mensais.

### **CAPÍTULO III DOS VALORES E LIMITES**

**Art. 7º** - O CAU/SC acompanhará os valores praticados pelo CAU/BR, para o pagamento das verbas indenizatórias, demonstrados no ANEXO I desta Portaria Normativa;

§ 1º Sempre que o CAU/BR reajustar sua tabela de valores o CAU/SC analisará e deliberará pela COAF e Plenário, por acompanhar ou não o reajuste.

§ 2º O CAU/SC poderá optar por aplicar índice divergente do CAU/BR, não ultrapassando o teto estabelecido pelo Conselho Federal.

### **CAPÍTULO IV DA SOLICITAÇÃO**

**Art. 8º** A solicitação de Verba Indenizatória deverá ser feita por meio do preenchimento do formulário vigente disponibilizado pelo CAU/SC, por meio do sistema INTRANET-CAU/SC após confirmação da convocação/convite.

§ 1º É responsabilidade do solicitante realizar o preenchimento do formulário.



§ 2º Excetua-se do previsto no caput deste artigo as seguintes situações:

I - Solicitação de Verba Indenizatória realizada por convidado externo ao CAU/SC cujo formulário preenchido deverá ser remetido ao e-mail [diaria@causc.gov.br](mailto:diaria@causc.gov.br);

II - No caso de indisponibilidade do sistema INTRANET-CAU/SC, atestado pela CORTSI, a solicitação deverá ser realizada por meio de formulário preenchido e remetido ao e-mail [diaria@causc.gov.br](mailto:diaria@causc.gov.br);

## **CAPÍTULO V DO PAGAMENTO**

**Art. 9º** - O pagamento das solicitações será realizado por meio de transferência eletrônica em conta bancária de titularidade do solicitante.

§ 1º O pagamento das Verbas Indenizatórias será programado preferencialmente para as terças-feiras, desde que a solicitação seja recebida pela GERAUF até a terça-feira da semana anterior, podendo em caráter de urgência ser lançado em outra data mediante concordância dos ordenadores de despesas do CAU/SC.

§ 2º O pagamento das Verbas Indenizatórias será realizado globalmente, de uma só vez, preferencialmente em data anterior à prevista para o início da viagem, desde que a solicitação tenha sido apresentada com tempo hábil para incluir na programação semanal.

## **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 10** - As Verbas Indenizatórias recebidas cuja participação não tenha sido realizada, deverão ser devolvidas em seu valor global, no prazo de 10 (dez) dias, após a data do evento que gerou o pagamento, mediante depósito identificado, instruído pela Gerência Administrativa e Financeira do CAU/SC, ou, quando for conhecido, descontado do próximo compromisso que possuir direito à verba indenizatória.

Parágrafo único. O comunicado da efetivação do depósito deve ser realizado por meio do envio de cópia do comprovante de depósito à Gerência Administrativa e Financeira do CAU/SC.

**Art. 11** - Não serão concedidas verbas indenizatórias quando o conselheiro, convidado e representante, mesmo a serviço do CAU/SC, estiver representando outro órgão ou entidade;

**Art. 12** - Os casos omissos ou dúvidas suscitadas a respeito desta portaria serão resolvidos pela presidência do CAU/SC;

**Art. 13** - Revogam-se a Portaria Normativa nº 002/2019 e Portaria Normativa nº 005, de 2020;



**Art. 14** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dá-se ciência.

Cumpra-se.

Florianópolis, XX de dezembro de 2023.

\_\_\_\_\_  
PATRICIA FIGUEIREDO SARQUIS HERDEN  
Arquiteta e Urbanista  
Presidente do CAU/SC

Publicada em: XX/XX/XXXX.

**ANEXO I – Dos valores dos Auxílios indenizatórios**

<b>TABELA DE VALORES TIPO DE INDENIZAÇÃO</b>	<b>VALOR LIMITE</b>
Reembolso para deslocamento em veículo próprio ou alugado – por km rodado	R\$ 1,07 + 10,00% do valor médio do litro da gasolina conforme site da ANP.
Diária para deslocamento no território nacional	R\$ 810,00
Diária para deslocamento no exterior: América do Sul e Central	US\$ 350,00
Diária para deslocamento no exterior: demais países	US\$ 500,00
Auxílio embarque e desembarque:	R\$ 180,00
Indenização pela participação em Órgãos de Deliberação Coletiva	R\$ 220,00 para reuniões de meio período; R\$ 440,00 para reuniões de período integral.
Auxílio Representação	R\$ 250,00, para representante residente no município do local da atividade; R\$ 400,00 para representante que não resida no município, mas seja residente da região metropolitana do local da atividade;
Reembolso das despesas de deslocamento - alimentação, hospedagem e locomoção urbana	R\$ 810,00
Auxílio participação remota	R\$ 167,00



**4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COAF - CAU/SC****Folha de Votação**

Função	Conselheiro (a)	Votação			
		Sim	Não	Abst	Ausên
Coordenador	Maurício André Giusti	X			
Membro Titular	Suzana de Souza	X			
Membro Suplente	Daniel Otávio Maffezzolli	X			

**Histórico da votação:**

**Reunião COAF-CAU/SC:** 4ª Reunião Extraordinária de 2023.

**Data:** 07/12/2023.

**Matéria em votação:** Minuta de Portaria Normativa - Verbas Indenizatórias.

**Resultado da votação:** Sim (03) Não (00) Abstenções (00) Ausências (00) Total (03)

**Ocorrências:** -.

**Secretário da Reunião:** Eduardo Paulon  
Fontes - Assistente Administrativo

**Condutor da Reunião:** Coordenador Maurício  
André Giusti